



Sindisaúde-RS

Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de saúde do Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ:929627450001-50

www.sindisaude.org.br

e-mail: direcao@sindisaude.org.br

1

2 ATA DE APROVAÇÃO PISO DA ENFERMAGEM

3 13 DEZEMBRO 2024

4 Aos treze dias do mês dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas,
5 em primeira chamada e as quatorze horas e trinta minutos em segunda e última chamada,
6 reuniram-se os trabalhadores da categoria em Assembleia Geral extraordinária, no
7 formato virtual, através do canal do SINDISAÚDE no Youtube, com votação e formulário
8 google, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Apresentação de proposta
9 patronal para fechamento de acordo coletivo sobre o piso da enfermagem na base
10 SINDIHOSPA; O presidente inicia trazendo breve relato das negociações. Após
11 intervenções dos trabalhadores à proposta final que foi apresentada para contemplar os
12 trabalhadores das - Home Care, Clínica em geral, Instituições de longa permanência de
13 idosos (ILPIS), Serviços de Ambulâncias, Clínicas e Hospitais Psiquiátricos. Nos seguintes
14 termos: a) a proposta de Convenção Coletiva de Trabalho irá abranger os auxiliares e
15 técnicos vinculados às empresas de home care, clínicas em geral, instituições de longa
16 permanência de idosos (ILPIs), serviços de ambulância, clínicas e hospitais psiquiátricos;
17 b) celebração de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com vigência de 12 meses; c)
18 pagamento de 75% do valor do piso nos primeiros 6 meses; d) pagamento de 87,5% do
19 valor do piso nos últimos 6 meses; e) pagamento de 100% do valor do piso após o término
20 da vigência da CCT; f) aplicação da proporcionalidade, considerando os valores do piso
21 estabelecidos na lei para 220hs; g) fixação do critério de que não serão consideradas para
22 o piso as horas extras, o adicional noturno e as verbas de natureza não salarial, como vale
23 alimentação e vale transporte; h) fixação de que todas demais verbas de natureza
24 salarial, como adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional de tempo
25 de serviço, gratificações, etc., serão consideradas para verificação de observância do
26 piso; i) fixação de que, mesmo com a CCT firmada, as empresas permanecerão com a
27 obrigação de observar o piso regional, bem como não haverá redução de salário; j)
28 ocorrendo mudança de entendimento do STF ou legislação superveniente sobre o tema,
29 sendo esses mais benéficos aos trabalhadores, deverão ser aplicados
30 independentemente da CCT a ser firmada. A proposta acima teve aprovação de 96,8%
31 dos participantes. Nada mais havendo a tratar, eu Julio Cesar Jesien lavrei a presente ata
32 que foi por mim conduzida.

33